

Discurso eugênico racial na educação brasileira (1929-1933)

Carmen Jesus da Silva¹

<https://orcid.org/0009-0004-1771-2386>

José Francisco dos Santos²

<https://orcid.org/0000-0002-9247-5585>

Resumo

O presente trabalho se debruça na problemática relativa ao discurso ideológico eugênico presente no âmbito da educação. Mediante a análise documental dos *Boletins de Eugenia* publicados por Renato Kehl de 1929 a 1933, verifica-se o discurso eugênico na sociedade brasileira e o incentivo às práticas eugênicas por meio da educação. É utilizado o recorte racial, buscando compreender como a educação foi utilizada para propagar a lógica racista na sociedade. Além disso, os principais movimentos de reformas educacionais no Brasil perpassam pelo período de efervescência da eugenia no país, o que implica na defesa da educação eugênica na Constituição Brasileira de 1934. Nesse sentido, é fundamental analisar as bases que consagraram a estrutura de educação pública, para que seja possível obtermos uma educação plural no Brasil.

Palavras-chave: eugenia; educação brasileira; discurso.

Abstract

This work focuses on the issue relating to the eugenic ideological discourse present in the field of education. Through the documentary analysis of the Eugenics Bulletins published by Renato Kehl from 1929 to 1933, the eugenic discourse in Brazilian society and the encouragement of eugenic practices through education are verified. The racial perspective is used, seeking to understand how education was used to propagate racist logic in society. Furthermore, the main educational reform movements in Brazil go through the period of effervescence of eugenics in the country, which implies the defense of eugenic education in the Brazilian Constitution of 1934. In this sense, it is essential to analyze the bases that consecrated the structure of public education, so that it is possible to obtain a plural education in Brazil.

Keywords: genics; education in Brazil; speech.

Citação: SILVA, Carmem Jesus da; SANTOS, José Francisco dos. Discurso eugênico racial na educação brasileira (1929-1933). *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 9, e20249465, 2024. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol9.e20249465>

¹ Licenciada em História, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais -Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Bolsista CAPES. Bahia– Brasil. E-mail: carmenhist01@gmail.com

² Doutor em História PUCSP e docente das disciplinas de Estudos Culturais e Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Indígena e Afro-brasileira do DAHUM AP. – UTFPR e dos Programas de Pós-graduações (PPGCHS e PPGE), ambos Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Bahia– Brasil. E-mail: jose.santos@ufob.edu.br/josef@utfpr.edu.br



1 Introdução

O termo “eugenia” foi criado no século XIX por Francis Galton. Ele “era entendido como uma ciência que buscava o melhoramento da raça humana a partir da seleção dos “melhores” que poderiam viver em sociedade. Durante a primeira metade do século XX, o movimento ganhou força no Brasil, principalmente entre a elite médica e os intelectuais que estudavam a educação.

O contexto brasileiro era o de industrialização e pós-abolicionista. Havia sido abolida a escravidão apenas 30 anos antes, em 1888, mas não houve nenhuma forma de reparação social. Além disso, sucedeu-se um surto de migração incentivado pelo governo brasileiro como forma de branqueamento e formação do ideário de nação brasileira, o que acarretou fome e desemprego para as pessoas negras, pois os escravizados foram para as cidades competir com os imigrantes que saíam da Europa entre 1890 e 1920. Ademais, no Brasil, as ciências também estavam em desenvolvimento e, a cada nova descoberta na biologia genética, a eugenia obtinha o respaldo do racismo científico, impulsionando o discurso ideológico na sociedade e as práticas de segregação racial. Nesse sentido, a eugenia era a solução para o projeto de formação de nação.

O presente trabalho visa analisar os discursos eugênicos no Brasil durante os anos de 1929 a 1933, utilizando o recorte racial. A finalidade é compreender como a educação foi utilizada para propagar a lógica racista na sociedade por meio dos *Boletins de Eugenia*, os quais eram divulgados na Revista de Medicina. Inicialmente, esses boletins eram publicados mensalmente, mas, no último ano, foram publicados de forma trimestral. Além disso, busca-se problematizar os discursos de alguns pioneiros da educação no Manifesto da Escola Nova, que foi utilizado como base para as reformas educacionais e garantiu a escola pública para os brasileiros.

Na pesquisa documental voltada aos *Boletins de Eugenia*, foi feita uma seleção dos temas mais recorrentes e relevantes para o movimento eugênico. Renato Kehl era o redator dos boletins e estava à frente da propaganda eugênica. Kehl tinha um método de repetir os temas: muitas vezes, publicava o mesmo texto várias vezes com pequenas adaptações e alterações. Por esse motivo, os boletins mais mencionados nesse trabalho são de 1929, ano em que foi lançado o boletim e eram abordados temas mais diversos. Já, os boletins seguintes têm, como foco, a discussão relativa à genética e aos demais desdobramentos da biologia.

Se, no passado, a educação disseminava abertamente o discurso racista, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais, atualmente, precisamos ressignificar o papel da escola com uma abordagem antirracista³, promovendo políticas de afirmação e permanência para as minorias. Por isso, é importante levantar o debate acerca da eugenia no Brasil, para que possamos entender as raízes do racismo estrutural, com o intuito de formular medidas para combatê-lo. Na historiografia, o debate sobre a educação eugênica e a eugenia no Movimento Escola Nova é escasso e, quando não se omite a existência do movimento eugênico, alegam que ele foi “leve”, se comparado aos outros países. Contudo, vivemos em um país que ainda reflete a lógica colonialista⁴ de uma supremacia branca que pode ser chamada de diversas formas, menos de “leve”. A história, como ciência, deve dar mais ênfase ao processo de

3 O termo “antirracista” é o oposto do vocábulo “racismo”, ou seja, representa o combate dele. Ele foi cunhado pela professora e filósofa Angela Davis e está presente no livro *Mulheres, Raça e Classe*. A autora afirma que não basta não ser racista: é preciso se aliar na luta contra ele (Davis, 2016).

4 Lógica colonial de supremacia branca, enquanto superior.



atualização do racismo⁵ que se consagra no atual racismo estrutural. Logo, o ensino da história pode contribuir com essa execução, ao atribuir mais criticidade ao currículo educacional e examinar essa fissura historiográfica relacionada à eugenia racial e à história da educação em nosso país.

Dessa forma, é feita uma análise dos *Boletins de Eugenia*, evidenciando quais foram as bases da disseminação da eugenia no Brasil: a propaganda por meio da educação, o estabelecimento da eugenia na política e a necessidade dos eugenistas de terem um acervo genealógico para as pesquisas que se consagraram nas instituições. Posteriormente, são debatidos os ideais do redator do Manifesto dos Pioneiros, problematizando quais foram as percepções eugênicas no movimento educacional brasileiro, a fim de entendermos qual foi o real intuito de promover uma educação que atingisse a todos: formar a população ou selecionar?

2 Bases da eugenia

O termo “eugenia” tem como objetivo a seleção de pessoas com base nas características biológicas e hereditárias delas, visando “melhorar” as futuras gerações a partir da conservação das “boas linhagens”. Em 1914, o termo foi discutido no Brasil pela primeira vez na tese de doutorado de Alexandre Tepedino, que integrava a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir disso, houve um desaguar de discursos e teses racialistas, o que deu espaço para a formação de grupos e associações que objetivavam explorar o tema. O contexto do país naquele momento era o de uma pequena elite branca de origem europeia governando para uma massa de pobres, em sua maioria, pessoas negras, analfabetos e rurais. Portanto, para os europeus, o Brasil era um antro de disgenia.

Em 1918, Renato Kehl⁶ fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, que contou com 140 membros, em sua maioria, médicos, os quais se reuniam sob a organização de assembleias e reuniões lideradas pelo fundador. A sociedade contribuiu para a publicação de escritos, como *O Problema Vital*, de 1918, de Monteiro Lobato, que foi lançado juntamente com a Liga Pró-Saneamento do Brasil⁷. Contudo, apesar do impulso que a sociedade teve, em 1919, ela chegou ao fim, com a mudança de Kehl para o Rio de Janeiro, local onde continuou atuando na propaganda da eugenia. Como forma de disseminação do discurso eugênico, Kehl lançou, em janeiro de 1929, os *Boletins de Eugenia*, que eram publicados mensalmente na revista para médicos, *Medicamenta*. Nesses boletins, encontravam-se comentários de outros médicos e do público em geral sobre publicações, discussões em relação à eugenia e divulgação de eventos nacionais e internacionais⁸.

Os *Boletins de Eugenia* eram filiados à *Liga de Higiene Mental*, que tinha como principal objetivo propagar o discurso eugênico na sociedade. Assim, os boletins continham pequenas publicações de eugenistas com linguagem objetiva para conseguir atingir mais pessoas com a Doutrina de Galton. Na edição nº 2 dos *Boletins de Eugenia* referente a fevereiro de 1929, Kehl evidencia a importância da criação de um Instituto Brasileiro de Eugenia, o que

5 No decorrer da história, o racismo se apresenta de diversas formas. Trata-se de uma reprodução da lógica colonial e imperialista que sempre se atualiza, de forma que ainda se encontra presente na sociedade contemporânea.

6 Renato Ferraz Kehl (1889-1978) foi um farmacêutico e médico que se dedicou ao saneamento e à educação higiênica, isto é, uma educação voltada para o movimento eugênico. Trabalhou, no início da carreira, no Departamento de Saúde Pública (DNSP) e foi diretor da Bayer no Brasil. Foi um dos principais propagadores da eugenia no Brasil, publicando diversos artigos e organizando eventos.

7 Organização fundada em 1918 com o objetivo de atuar em prol do saneamento não apenas do interior, mas de todo o Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação.

8 As notas de artigos e eventos que aparecem nos *Boletins* são principalmente dos Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Itália.



já vinha sendo pensado nos congressos, com o intuito de ter um órgão para, segundo Renato Kehl, “manter o fogo sagrado dos poucos galtonianos entusiastas existentes”. A base para a afirmação era o sucesso do *Eugenic's Record Office* (Instituto de Eugenia dos Estados Unidos), o qual tinha, como finalidade, o incentivo às pesquisas biológicas e eugênicas. Todavia, os objetivos elencados por Renato Kehl são mais diretos e se diferem do *Eugenic's Record Office*.

O Instituto teria três seções distintas: uma de propaganda, uma de actividade pratica e outra de estudos scientificos. A primeira se incumbiria de organizar e de manter intelligente e constante propaganda de educação eugénica pelas revistas e jornaes profanos, de distribuir folhetos e cartazes com os ensinamentos a popularizar: a segunda se encarregaria de promover a execução das medidas propostas para melhorar as condições das proles, esforçando-se junto ás autoridades constituídas para o estabelecimento de medidas legais de combate aos factores de degeneração; a terceira se incumbiria da organização de um archivo genealogico e dos estudos comprehendendo a hereditariedade, a genetica, a biometrica, a estatística, as pesquisas biologicas e sociaes relativas aos problemas engenicos (Kehl, 1929, n. 1, p. 1).

As três vertentes destacadas por Renato Kehl formam a base da propagação e da consolidação brasileira da eugenia. Por meio dessas vertentes, os eugenistas buscavam resultados para o branqueamento da sociedade e catalogavam as ações em busca desse “melhoramento racial” mediante a ideologia, respaldando-se no ideário científico com as teorias de Mendel e Lamarck. Inicialmente, a eugenia brasileira tinha fundamento na eugenia francesa, que era baseada na teoria neolamarckiana: acreditava-se na seleção natural, considerando que o indivíduo tinha enfoque fortemente adaptacionista. Logo, mesmo que carregasse traços hereditários, com bons hábitos de higiene, poderia se tornar uma pessoa sociável.

Entretanto, a partir de 1920, uma nova geração de biólogos e médicos passou a direcionar a genética para a teoria mendeliana. Nessa teoria, a hereditariedade se distinguia da herança biológica e social. Voltando-se para a eugenia, essa teoria pregava um saneamento geral e possuía fortes raízes nos ideais raciais alemães.

O cisma entre os eugenistas lamarckianos e os mendelianos no Brasil teria tido menor importância para o movimento eugênico (e seria de menos interesse para os historiadores) não fosse sua estreita associação com a divisão ideológica sobre a direção que a eugenia deveria seguir. Essa divisão girou em torno de raça e da definição sobre se o movimento eugênico deveria caminhar para uma forma mais negativa, ao estilo alemão. Confrontaram-se os eugenistas neolamarckianos, do lado racista, e os mais modernos ‘mendelianos’, do lado antirracista (Stepan, 2004, p. 366).

As teorias relacionadas à genética determinaram a linha das práticas de eugenia que iriam seguir. A teoria neolamarckiana se voltou para a eugenia positiva, baseada nas higiênes individual e social. Já a teoria mendeliana esteve direcionada à eugenia negativa, com cunho racista, ao defender práticas de extermínio em prol do branqueamento, o que incluía, por exemplo, a castração química das pessoas negras.

A base da consolidação eugênica brasileira teve, como foco, a propaganda eugênica voltada para a educação, seja no sentido familiar, seja no sentido escolar. A divulgação eugênica era feita com palavras simples e diretas para a população. Apresentavam-se os problemas eminentes na sociedade e, em seguida, soluções como respostas às questões raciais denominadas “problemas eugênicos da população” em busca de um “progresso racial”. A propaganda deu força ao movimento, ao promover os ensinamentos eugênicos para pais e educadores.



2.1 Educar é eugenizar

Voltando-se à disseminação da eugenia por intermédio da educação, era considerável que as pessoas entendessem o que era a “ciência eugênica” e a importância dela para a sociedade. Nesse sentido, em diversas edições dos *Boletins de Eugenia*, foi explicado por Kehl e outros eugenistas o que é a eugenia e as especificidades dela, assim como é possível evidenciar na publicação de agosto de 1929.

Eugenia é a sciencia da protecção e da selecção das sementes humanas. A sua finalidade, em relação ás sementes, é a defesa da especie pela manutenção multiplicação das boas linhagens. No seu ponto de vista pratico constitue uma verdadeira arte ou hominicultura, que se propõe a cultivar os bons especimen, segundo as regras da hereditariedade. Eugenismo é a applicação pratica, social e individual das medidas que concorrem para melhoramento humano. Corresponde a Eutechnia, a tudo que directa ou indirectamente possa ser utilizado para auxiliar os proposito da Eugenia (Kehl, 1929, n. 8, p. 1).

Era importante a diferenciação, para que ficasse explícito que os eugenistas estavam tratando de uma ciência e de um conjunto de práticas usadas para auxiliar nos propósitos dessa ciência, na tentativa de legitimar a ideologia do branqueamento e promover o “aperfeiçoamento humano”. Para que ocorresse esse melhoramento, por intermédio da propaganda e de disciplinas escolares, os eugenistas tentaram influenciar as escolhas de companheiros dos jovens para o matrimônio.

Kehl menciona, na edição nº 7, de julho de 1929, que “muito se lucrará se conseguirmos educar de tal modo os jovens que aspiram ao matrimonio, orientando-os no seu propósito, que a escolha que fizerem não exponha a prole futura a perigo” (Kehl, 1929, n. 7, p. 1). Nesse sentido, existiam discussões relativas à escolha perfeita aos parceiros dos jovens, o que abrangia a questão da mestiçagem. Diante da dúvida de como os pais e a escola poderiam ser orientados, foram feitos diversos congressos e publicações de artigos voltados ao estudo de orientação dos jovens para matrimônio e educação sexual.

A permuta, antes do casamento, de certificados de saude, documentos de real responsabilidade, e não meros attestados graciosos, é uma exigencia que em boa razão não se pode recusar. Certamente, não têm os paes nenhum direito de cercear a liberdade dos filhos na sua escolha matrimonial. E' da sua competencia, porém, aconselhar discretamente, e dar a sua approvação somente depois de effectuada a troca dos certificados de saude, erigida assim em costume obrigatorio da família (Kehl, 1929, n. 6-7, p. 6).

Essas temáticas presentes nos *Boletins de Eugenia* estimulava os eugenistas a buscar possibilidades de reivindicar a obrigatoriedade perante a legislação. O discurso dos eugenistas foi tomando forma por intermédio da propaganda, chegando à casa das famílias e se disseminando em uma sociedade que ainda vivia em uma lógica colonial. Decidia-se, por meio da eugenia amparada na medicina, quais eram os corpos saudáveis, produtivos e degenerados.

O debate presente na edição de junho/julho de 1929 focou no discurso dos exames pré-nupciais, na tentativa de introduzi-lo como um costume obrigatório dentro dos núcleos familiares. Já na publicação de novembro do mesmo ano, o diretor dos *Boletins de Eugenia* afirmou na primeira folha que:

[...] em Recife, no 5. Congresso de Hygiene, que lá se reuniu de 17 a 22 de outubro, foram debatidos alguns pontos da sciencia de Galton, ficando proclamada a



necessidade de uma lei sobre o exame médico pré-nupcial, como base da campanha galtoniana e oportunidade de ser criada uma Sociedade Brasileira de Anthropologia e Eugenia (Kehl, 1929, n. 7-8, p. 1).

Nos boletins dos anos seguintes, os exames pré-nupciais continuaram sendo discutidos. Além disso, a educação sexual ganhou espaço: os eugenistas acreditavam que, desde a maternidade, a criança poderia apresentar traços de “vícios psíquicos de tarados”. Por isso, toda a formação moral do indivíduo deveria ser direcionada para uma educação sexual, entendendo-a como uma forma reprodutora. Renato Kehl menciona no *Boletim de Eugenia* de dezembro de 1930, que, “segundo Freud, verifica-se que elles revelam desde tenra idade o instinto de procriado” (Kehl, 1930, n. 12, p. 1).

O interesse pelo enigma sexual é precoce. Por isso, era necessário fiscalizar para evitar perversões, o que era um trabalho, primeiramente, das mães, na maternidade; depois, em conjunto com o pai; e, em seguida, na escola, nas primeiras séries:

[...] à mãe cabe, naturalmente, responder as primeiras perguntas curiosas dos filhos e, por isso compete-lhe dar as primeiras instrucções. Ao pae incumbe, complementarmente prevenir os filhos mais crescidos sobre os perigos das más companhias e dos perigos resultantes das perversões sexuaes; compete-lhe, tambem concitalos ao respeito do proprio e de seus companheiros, amedrontando-os, talvez, quanto ás consequencias nocivas das leituras, conversas e práticas obscenas. [...] Aos educadores cabe a importante missão de esclarecer, de modo didactico, e com certos detalhes, o importante problema da reproducção. Desde logo convém assignalar o velho condemnavel habito de sabtrahir do programma das classes mais adeantadas dos cursos preliminares esta parte da physiologia, por falso e injustificavel zelo ou pudicicia, como se ella representasse coisa immoral. (Kehl, 1930, n. 24, p. 3).

É possível verificar que a eugenia foi discutida para se alastrar no seio familiar por meio da educação. O lar era o ambiente mais adequado para moldar a ideologia da sociedade, visto que a escola, no período em questão, ainda era para poucos. Todavia, aqueles que tinham a oportunidade de ir para a escola estudavam a eugenia até nas aulas de Educação Física, visto que se acreditava que “não basta, pois, curar os doentes, é preciso melhorar os sãos” (Azevedo, 1919, p. 117). Fernando Azevedo⁹, considerado um dos pioneiros da educação brasileira, tinha vários trabalhos voltados à “cultura esportiva”, termo cunhado na obra *O Segredo da Marathona – Conferencia sobre Athetica e Eugenia*, de 1919, apresentada na entidade eugênica de São Paulo, com o intuito de discutir a Educação Física como uma forma de melhoramento eugênico.

Os eugenistas acreditavam que, a partir do esporte, poderiam melhorar não apenas o praticante do exercício, mas também as futuras gerações dele, visto que poderia ser transmitido geneticamente. Por isso, os jovens eram incentivados a praticar exercícios para promover o melhor desenvolvimento das próximas gerações.

A regeneração physica da mulher brasileira é certamente o meio mais logico, mais seguro e mais direto de obter-se de futuro uma geração sadia e robusta, em substituição a esta de hoje, que, em geral, se ankysola em attitudes scolloticas e enfezadas, estiolando-se nos rebentos de uma próle franzina, que surge muitas vezes sobre as ruinas da saúde das mães, quando não seja sobre o sacrificio de sua propria

⁹ Fernando Azevedo (1984-1974) foi um sociólogo, jornalista, administrador, escritor e formado em Direito. Era defensor da escola pública gratuita provida pelo Estado. Ocupou diversos cargos importantes no governo e esteve envolvido nas reformas escolares, tendo escrito diversas obras importantes para a educação. No entanto, poucos mencionam que Azevedo trabalhou para a evolução da eugenia no Brasil.



vida... Que podemos de facto esperar de meninas fracas, para quem a maternidade seja uma catástrofe, sinão uma floração cada vez mais rachitica e doentia? (Azevedo, 1919, p. 151).

A mulher possuía um papel primordial na formação da educação eugênica, dado que, enquanto mãe, era a principal direcionadora dos filhos no lar, para que eles escolhessem bem os companheiros, cuidassem da saúde higiênica, praticassem exercícios e tivessem uma vida sexual sem taras, orientando para uma vida reprodutiva saudável para dar à luz a uma geração selecionada. Por isso, segundo o educador, era de suma importância que as mulheres praticassem atividades físicas, a fim de que moldassem o próprio corpo para gerar uma vida saudável e forte. Logo, “tanto quanto realizar um bom casamento, evitando, por exemplo, as relações inter-raciais, fortalecer o corpo feminino passa a ser uma necessidade nacional” (Kehl, 1926, p. 35).

2.2 Eugenia e política

Para que as teorias eugênicas tivessem real êxito, era importante o apoio do Estado. Portanto, os defensores da eugenia buscavam meios de se inserir na política e muitos deles geravam cargos importantes na sociedade. Sendo assim, os órgãos do governo eram estruturados para permitir a prática do discurso racista e fazer a manutenção da segregação racial. Em janeiro de 1920, foi fundado, mediante a Lei nº 3.987, o Departamento Nacional de Saúde Pública, dirigido e estruturado por Renato Kehl. Esse departamento tinha, como objetivo, “a prophylaxia geral e específica das doenças transmissíveis, a execução de providencias de natureza, agressiva ou defensiva, as que tiverem por fim a hygiene domiciliaria, a policia sanitaria das habitações” (Brasil, 1920).

Em novembro de 1930, o Departamento Nacional de Saúde Pública foi unificado com o setor da educação a partir do Decreto nº 19.402. Criou-se, então, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. No ano seguinte, foi formada a Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública pelo sanitarista João de Barros Barreto, estabelecendo, desse modo, uma forte ligação entre a propaganda eugênica mediante a educação e as intervenções relacionadas à saúde. O movimento eugenista obteve maior força política após o golpe de 1930. Com o Estado Novo de Getúlio Vargas, é possível evidenciar, na Constituição de 1934, o incentivo à educação eugênica e a obrigatoriedade dos exames pré-nupciais.

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934).



A partir da Constituição de 1934, a eugenia ganhou mais força no Brasil. Embora, na lei, não fosse descrito o que seria a eugenia e não fosse caracterizada a seleção baseada na raça ou na classe, a eugenia estava implícita na sociedade. Em 1937, Vargas criou o Instituto Nacional de Puericultura, voltando-se a atenção às mulheres e às crianças brasileiras. Esse instituto respondia ao Ministério da Educação e Saúde e fazia, também, o controle de reprodução humana. Nesse sentido, a eugenia foi desenvolvida no Brasil de forma legal, estando presente na estrutura do Estado e no modo como a sociedade foi educada. Cabe-nos questionar, no presente, se foram aplicadas formas de reparação e quais são os resquícios e a atualização que ainda temos da eugenia racial na estrutura estatal do Brasil.

2.3 Eugenia e arquivo genealógico

O terceiro fundamento da eugenia, segundo o fundador dos *Boletins de Eugenia*, seria o arquivo genealógico, a fim de melhor entender a hereditariedade, a maneira como os vícios e as taras afetavam as próximas gerações e o modo como o fator racial estava relacionado à predisposição. Os eugenistas buscavam meios de provar como a antropologia criminal, a doença mental e a propensão aos vícios, às taras sexuais e às doenças, como a sífilis, estavam relacionadas à raça do indivíduo, para, dessa forma, obter a “raça pura”.

A Inglaterra, que está na guarda nestas experiencias, conseguiu criar raças de cães, cavallos e outros animaes, nas melhores condições possíveis, e completamente adaptados aos gestos e necessidades do homem. Voltando outra vez nossa atenção para a Hollauda, observamus que, i força de cruzamentos systematicos. Suas vaccas leiteiras produzem 30 a 35 litros diarios, ao passo que as da Galicia ou das Asturias não dão mais de 6 ou 7. Estas praticas selectivas são applicaveis á especie humana. Está provado que os cruzamentos entre raças superiores dão typos superiores, vice-versa (Kehl, 1929, n. 4, p. 2).

Nesse sentido, os eugenistas almejavam ter um arquivo genealógico. Nele, eles fariam testes em humanos com base nos testes já feitos em animais na Europa, com a finalidade de obter o controle da reprodução humana. Nessa mesma edição do *Boletim de Eugenia* de abril 1929, Renato Kehl discorre sobre a esterilização da mulher, ao sustentar que, “para os degenerados impoz-se com caracter obrigatório em alguns estados da América do Norte, a fim de evitar o nascimento de sevres disformes ou monstruosos” (Kehl, 1929, n. 4, p.2). As ideologias do racismo científico legitimaram diversas atrocidades, principalmente dentro dos manicômios, pois a instituição foi utilizada como forma de saneamento na sociedade brasileira. Todos aqueles que eram considerados “improdutivos” de alguma forma eram encaminhados aos manicômios, muitas vezes, sem o consentimento da família.

Os psiquiatras, vendo os degenerados proliferarem pelo país, criam, em 1919, um Centro Eugenético na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, a associação mais antiga e importante da Medicina Mental no Brasil. O eugenismo influenciou decisivamente os rumos tomados pelas práticas de higiene e educação sanitária até meados dos anos 40. Para os higienistas sociais, interessava a possibilidade, apontada pelo eugenismo, de utilização de todos os conhecimentos no sentido de melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras (Mansanera; Silva, 2000, p. 7).

Os manicômios respondiam ao Estado e as pessoas que lá permaneciam viviam em condições subumanas e eram submetidas a procedimentos invasivos, como esterilização



química, eletrochoque e lobotomia. O manicômio funcionava, de certa forma, como um laboratório de testes em humanos. Os três fundamentos da eugenia delimitados por Renato Kehl foram aplicados e, com isso, houve um extermínio em massa derivado da eugenia negativa. Portanto, aliado ao Estado, o projeto de branqueamento não ficou apenas no campo do discurso.

3 As raízes do projeto educacional brasileiro

Durante a Primeira República (1889-1930) aconteceram as primeiras reformas educacionais no Brasil. Até então, a escolarização era designada a apenas uma pequena parcela da população. Já, as classes mais populares conseguiam acesso nos centros urbanos, em que recebiam uma educação mais voltada para o trabalho nas fábricas. Em decorrência do fato de que boa parte das crianças e dos jovens da sociedade não tinha acesso à escola, e os eugenistas buscavam focar mais na educação eugênica familiar, surgiram as primeiras propostas de reformas educacionais com uma perspectiva de educação pública gerida pelo Estado e que atendesse a todos.

A década de 1930 foi uma época de ouro para os reformadores educacionais, que ganharam oportunidades inéditas de colocar suas ideias em prática. Suas reformas, tanto no Rio de Janeiro quanto nos estados, foram notáveis pela extensão da expansão do sistema escolar e profundidade das reformas institucionais. Os educadores se valeram não só das ciências aliadas à eugenia, como também abraçaram práticas de racionalização sistemática cada vez mais aplicadas à indústria no Brasil (D'Avila, 2006, p. 34).

Para alguns educadores, como Fernando Azevedo e Manoel Lourenço Filho¹⁰, era importante que todas as crianças estivessem na escola, com o intuito de ser formada uma reforma social por meio da educação. Assim, as camadas mais populares continuariam tendo um direcionamento para trabalhar nas indústrias e teriam acesso a uma educação que contribuísse para que o projeto racial brasileiro ultrapassasse gerações e estivesse sempre em prática. Para tanto, houve o financiamento por parte de grandes empresários de indústrias brasileiras e de médicos eugenistas, uma elite branca que, com base nas próprias crenças sociais, influenciaram o programa de ensino do país para atender a um objetivo em conjunto: “aperfeiçoar” a raça.

Entre 1931 e 1935, Anísio Teixeira efetuou uma das mais amplas reformas educacionais nas escolas da cidade do Rio. Teixeira reuniu os paradigmas do nacionalismo eugênico, da análise estatística, da profissionalização e do racionalismo científico para criar uma fórmula e dirigir um programa de educação elementar universal no Rio de Janeiro. A reforma expandiu rapidamente o número de escolas, levando programas de saúde e educação aos subúrbios e atacando o núcleo das reconhecidas deficiências da nação – o estado de degeneração e de inadequação eugênica e moral que se acumulou entre os pobres na periferia das cidades. As escolas eram mais fortemente atreladas a um “sistema” administrativo, e o Departamento de Educação era cada vez mais governado pelos princípios de racionalismo científico emprestados da indústria. (D'Avila, 2006, p. 199).

10 Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) foi um educador e pedagogo brasileiro. Ele ficou conhecido pela participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova.



Anísio Teixeira¹¹ foi o precursor da educação pública brasileira. Inicialmente, organizou um sistema educacional na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, que logo se expandiu para os demais estados do país: o intuito era alcançar as camadas mais abastadas da sociedade. O projeto educacional permitiu a expansão e o aprimoramento do que temos hoje como educação pública, laica e gratuita. Isso foi substancial para o desenvolvimento do povo brasileiro, mas é importante analisar como a base foi pensada, para que seja possível reverter em um ensino mais crítico e antirracista, produzindo, na sociedade, o reflexo de uma educação plural.

Não obstante, o desafio de mapear especificamente em que medida os fatores cultural e ambiental criavam degeneração era algo ainda a ser enfrentado. Teixeira assumiu esse desafio e transformou o sistema escolar do Rio em um laboratório que atraiu os principais eugenistas da nação. Educadores como Roquette Pinto, Arthur Ramos, Lourenço Filho e Afrânio Peixoto foram atraídos para o sistema escolar do Rio a fim de pesquisar a degeneração, desenvolver programas de saúde e educação para tratá-la e aplicar esses programas nas escolas da cidade. O sistema escolar do Rio de Janeiro proporcionava aos eugenistas um meio ambiente perfeito: quase cem mil escolares de todas as raças e condições sociais, com um Departamento de Educação que dava aos eugenistas quase carta branca para estudar as crianças e tratar suas deficiências percebidas (D'Avila, 2006, p. 67).

Nesse sentido, o projeto racial brasileiro criou raízes no sistema político, perpassando pela saúde, que refletia na educação higiênica nas escolas. O processo resultou em políticas formuladas para a lógica de atuação do governo, estabelecendo um meio de controle da população. A escola pública foi pensada para ser utilizada como base para pesquisas e práticas acerca da “degeneração da raça”, expressão utilizada pelos eugenistas para designar as pessoas negras e deficientes, entendidas por eles como não produtivas para a sociedade de forma geral.

3.1 Discurso ideológico dos reformadores da educação

As reformas educacionais passaram a ser implementadas a partir de 1920 e adquiriram força após a subida de Getúlio Vargas ao poder, quando criou o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, pois, até então, o Departamento Nacional de Ensino respondia ao Ministério da Justiça. Em 1932, um grupo de intelectuais elaborou um projeto educacional nomeado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ele foi redigido por Fernando Azevedo e assinado por Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Lourenço Filho, Cecília Meireles e outros educadores.

Os pioneiros evidenciam, no documento, a reivindicação por uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade, a fim de que todas as camadas sociais possam ter acesso. O discurso empregado no manifesto é de igualdade ao acesso à educação, mas é difícil não associar o acesso a essa educação à “seleção dos bem-dotados”, com caráter biológico, devido às ideologias eugênicas que parte dos pioneiros pregavam.

Despreendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um "caráter biológico", com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até

11 Anísio Teixeira (1900-1971) se formou em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1922. Foi um educador e escritor brasileiro e o principal idealizador das grandes mudanças que ocorreram na educação brasileira no século XX. Fez parte do movimento de renovação do ensino da Escola Nova.



onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação (Azevedo *et al.*, 1932, p. 191).

No manifesto, Azevedo discorre sobre a importância de a educação acompanhar os valores morais e sociais atuais, assumindo o “caráter biológico” do educando e substituindo a educação tradicional do atual programa vigente. Além disso, menciona a seleção dos educandos que se destacam:

A seleção dos alunos nas suas aptidões naturais, a supressão de instituições criadoras de diferenças sobre base econômica, a incorporação dos estudos do magistério à universidade, a equiparação de mestres e professores em remunerar trabalho, a correlação e a continuidade do ensino em todos seus graus e a reação contra tudo que lhe quebra a coerência interna e a unidade vital, constituem o programa de uma política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador, que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares (Azevedo *et al.*, 1932, p. 194).

Assim como já foi mencionado, as reformas educacionais e o manifesto dos intelectuais foram importantes para o desenvolvimento da educação, visto que organizaram o sistema educacional do país, deixando-o drasticamente menos excludente. Entretanto, não se pode “fechar os olhos” para o discurso ideológico dos precursores dessas reformas, em especial, o organizador e redator do manifesto, afinal, as reformas educacionais foram uma ponte para os ideários de Azevedo.

[...] o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa, – cidadela da raça branca – antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa, – a da atmosfera de sua própria civilização (Azevedo, 1963, p. 80).

3.2 Formação dos professores

Para que o projeto eugênico educacional obtivesse sucesso, era imprescindível que os profissionais da educação estivessem alinhados com o objetivo proposto. Logo, a formação dos professores passou a ter o viés da educação higiênica, com disciplinas na graduação e cursos de especialização. Em uma publicação feita por Carlos Accioly de Sá, médico do Departamento Nacional de Saúde Pública, mediante o Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro, é possível evidenciar a discussão acerca da alteração do currículo com base nas reformas propostas por Anísio Teixeira.

Mas a professora primária deve ter a formação profissional de nível superior, que Anísio Teixeira foi o primeiro a estabelecer no Brasil quando criou, em 19 de março de 1932, o Instituto de Educação, no Distrito Federal. A candidata à professora, vinda da escola primária e devidamente selecionada pelo quociente intelectual, o exame de saúde, as provas de aprendizagem elementar (português, aritmética, rudimentos de ciências, geografia e história do Brasil), matricula-se na Escola Secundária do Instituto. Nessa Escola, o curso compreende dois ciclos, um de cinco anos,



fundamental, e o complementar, de um ano. No ciclo fundamental adota-se o programa do ensino secundário federal, regulamentado pelo decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, acrescentando-lhe as disciplinas de higiene, puericultura e trabalhos manuais (Sá, 1943, p. 207).

Inicialmente, é possível interpretar a Educação Física e a saúde como desdobramentos da função social de educar, a fim de que a criança saiba cuidar do próprio corpo. Contudo, analisando toda a conjuntura, é possível verificar que se trata de uma formação profissional para trabalhar o discurso eugênico nas salas de aulas e colocá-lo em prática. A eugenia estava associada a algumas disciplinas, como Biologia, Psicologia, Higiene, Educação Física e Sanitarismo.

Não há registros de disciplinas com o nome “Eugenia” e o termo não aparece explicitamente no Manifesto dos Pioneiros ou nas reformas educacionais. É curiosa a falta dessa denominação nos documentos, pois os eugenistas acreditavam que a eugenia era uma ciência. Para explicar essa ausência, a doutora em História da Educação, Célia A. Rocha, em sua tese, levanta alguns desdobramentos:

A conotação negativa tanto nacional, quanto mundial da ciência Eugenia, em decorrência de sua associação com o Nazismo, foi provavelmente um fator determinante para sua não constituição como disciplina. Por outro lado, há que se considerar o aspecto múltiplo de formação da Eugenia como ciência, assim como sua vinculação aos campos da Saúde/Medicina e da hereditariedade/genética, o que possibilitou sua manifestação por intermédio dessas ciências (Rocha, 2010, p. 113).

É pertinente entender o processo de permeação da eugenia no âmbito educacional para além do discurso, com o intuito de evidenciar o enraizamento dele na educação. Dessa forma, Rocha (2010) constrói, em sua tese, um olhar histórico social para o currículo, buscando entender as lutas e o discurso intelectual, na perspectiva de compreender a estrutura eugênica na formação dos profissionais da educação. Isso nos permite perceber todo o sistema escolar como um grande laboratório: quem estava inserido naquele meio, em especial, as crianças, não compreendiam os incisivos testes aos quais estavam submetidos.

Na visão dos reformadores, o treinamento dos professores era essencial para a educação transformadora, afinal, o interlocutor que domina o discurso o dissemina com mais eficiência. Diante disso, quem seria mais indicado para a formação das massas? Fernando de Azevedo acreditava em um ideal da elite branca como a disseminadora desse discurso. Então, expandiu o treinamento de professores utilizando da sua influência, “banindo das nomeações e promoções de favoritismo político” (Rocha, 2010, p. 113). A hierarquia social postulada permitiu a restrição das pessoas negras no âmbito profissional da educação, visto que, para concorrer a vagas, as pessoas deviam passar por testes psicológicos e de higiene de caráter eliminatório para a admissão da vaga.

Fica evidente que esses testes foram utilizados como uma forma de segregação das pessoas negras enquanto profissionais da rede de educação naquele contexto:

O exame médico era um ritual elaborado que celebrava normas eugênicas de saúde. Primeiro, abria-se uma ficha que incluía uma fotografia e a impressão do polegar para confirmar a identidade. O responsável legal pelo candidato apresentava uma declaração assinada sobre as doenças e cirurgias anteriores do candidato. O exame começava com uma verificação por parte de uma enfermeira da aparência do candidato vestido e do estado de sua pele. Seguia-se a medição da altura, peso e capacidade pulmonar do candidato, efetuada não por uma, mas por duas enfermeiras,



que verificavam e autenticavam o julgamento uma da outra “verificando-se destarte, aí, como em tudo o mais, rigorosa responsabilidade individual pelo serviço executado” (D’Avila, 2006, p. 179).

Os testes para admissão no curso de formação para dar aula na escola secundária eram compostos por várias etapas e eram bem rígidos. Eram analisados, sobretudo, os perfis dos candidatos, verificando a aparência: provavelmente, ser negro era um fator eliminatório. Jerry D’Avila analisa no livro *Diploma de Brancura*, de 2006, o processo de branqueamento do quadro de professores do Rio de Janeiro: duas fotos do anuário do Instituto de Educação com 35 anos de diferença evidenciam a maneira como o processo de admissão excluiu as pessoas negras do sistema educacional de formação de professores, tornando o quadro de docentes selecionados por raça, classe e gênero, pois acreditavam que, além de ser branco e da elite, a missão de educar era da mulher. Afrânio Peixoto afirmava que:

Diretor de instrução que fui, nunca considerei sem desdém os raros rapazes que se matriculavam nas escolas normais. São falidos, que antecipadamente capitularam diante da vida, num país em que as utilidades masculinas oferecem compensações másculas. As mulheres que aspiram ao magistério são o escol do sexo (Fávero; Britto, 2002, p. 323).

É possível atribuir a designação da mulher como educadora ao discurso eugênico, sendo essencial no papel de formadora da moral e do juízo. Logo, era fundamental tanto no âmbito familiar quanto no âmbito educacional.

4 Considerações finais

É evidente que, no Brasil, houve um movimento eugênico e que a educação foi um forte pilar para a consolidação dessa ideologia. Além disso, não resta dúvidas de que vivemos em um país em que o racismo perpassa por toda a estrutura social, estando presente em todos os setores da sociedade, em especial, na educação das crianças, seja no âmbito familiar, seja no âmbito educacional. Isso ocorre principalmente por não haver uma educação antirracista e ser reproduzido o que está permeado no discurso moral da sociedade, que, desde a escola primária, foi conduzido pelo discurso eugênico.

O presente trabalho buscou analisar os *Boletins de Eugenia*, que foram um dos meios de divulgação do discurso eugênico na sociedade brasileira. Eles obtiveram o incentivo de projetos sociais políticos voltados para a segregação racial e a seleção dos chamados “bem-dotados”. É possível evidenciar, nos boletins e nos discursos dos reformadores educacionais, a maneira como a eugenia transcorreu a sociedade brasileira por meio de uma série de políticas sociais, além da Constituição de 1934, que estruturaram as práticas eugênicas e transpuseram o discurso racial à educação.

Além das bases da eugenia, que foram usadas para estruturar o projeto eugênico no Brasil e que foram exploradas neste trabalho, outros aspectos também eram importantes para atingir o branqueamento eugênico da sociedade brasileira e são mencionados nos *Boletins de Eugenia*. Dentre eles, encontram-se o processo de imigração, o controle da natalidade, o índice de alcoolismo e crime na sociedade e a esterilização. Os eugenistas visavam controlar esses índices e, com o aumento deles, buscavam promover, no discurso, a necessidade de esterilização das pessoas negras, com o intuito de que houvesse um melhor controle social. Isso nos mostra o quanto o discurso eugênico esteve presente em nossa sociedade e é latente a necessidade de o estudarmos.



Mesmo na graduação em licenciatura, não se discute o que foi o movimento eugênico no Brasil e os reflexos dele na sociedade atual. É, no mínimo, curioso pensar no motivo pelo qual não se tem um amplo debate sobre o assunto. Quando se estudam as reformas educacionais, não se menciona que elas foram estruturadas pensando na seleção de pessoas e na formação ideológica da massa. Também não são expostos os ideais dos precursores do movimento educacional, os quais podem ter sido refletidos nas reformas educacionais e nas leis que foram se adaptando. O objetivo desse debate que se faz necessário não objetiva condenar as reformas educacionais, tampouco os intelectuais envolvidos nelas, mas promover um debate, a fim de que o movimento não caia no esquecimento, visto que é importante entendermos as atrocidades acontecidas no passado, com o propósito de que elas não se repitam e sejam formuladas ações de reparação na sociedade.

Nesse sentido, é expressivo que as políticas educacionais sejam analisadas e adaptadas a um discurso antirracista, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares. Isso, porque sabemos que o Estado é uma ferramenta da supremacia branca que negligencia as necessidades da população negra, em especial, as ações afirmativas voltadas para a permanência das crianças e dos jovens no âmbito educacional.

Fontes

KEHL, Renato F. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, n. 1, 1929.

KEHL, Renato F. Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, n. 2, 1929.

KEHL, Renato F. Médicos, curandeiros e charlatões. **Boletim de Eugenia**, n. 3, 1929.

KEHL, Renato F. Eugenia e procreação. **Boletim de Eugenia**, n. 4, 1929.

KEHL, Renato F. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. **Boletim de Eugenia**, n. 5, 1929.

KEHL, Renato F. Aspecto jurídico da maternidade consciente. **Boletim de Eugenia**, n. 6-7, 1929.

KEHL, Renato F. Eugenia e eugenismo. **Boletim de Eugenia**, n. 8, 1929.

KEHL, Renato F. Educação e eugenia. **Boletim de Eugenia**, n. 9, 1929.

KEHL, Renato F. A seleção dos bem-dotados. **Boletim de Eugenia**, n. 10, 1929.

KEHL, Renato F. A eugenia no Brasil. **Boletim de Eugenia**, n. 11, 1929.

KEHL, Renato F. Limitação da natalidade. **Boletim de Eugenia**, n. 12, 1929.

KEHL, Renato F. Família de hemoplílicos. **Boletim de Eugenia**, n. 13, 1930.

KEHL, Renato F. Linhagens – paes e avós. **Boletim de Eugenia**, n. 14, 1930.



- KEHL, Renato F. A eugenia como scencia e como ideal social. **Boletim de Eugenia**, n. 15, 1930.
- KEHL, Renato F. A história da família e genealogia. **Boletim de Eugenia**, n. 16, 1930.
- KEHL, Renato F. O sábio de Concord. **Boletim de Eugenia**, n. 17, 1930.
- KEHL, Renato F. Crescei e mutiplicai-vos. **Boletim de Eugenia**, n. 18, 1930.
- KEHL, Renato F. Não basta gritar: viva o Brasil! **Boletim de Eugenia**, n. 19, 1930.
- KEHL, Renato F. Galton – Sabio Constructor. **Boletim de Eugenia**, n. 20, 1930.
- KEHL, Renato F. Famílias sem passado. **Boletim de Eugenia**, n. 21, 1930.
- KEHL, Renato F. Nobreza eugênica. **Boletim de Eugenia**, n. 22, 1930.
- KEHL, Renato F. As leis mendelianas. **Boletim de Eugenia**, n. 23, 1930.
- KEHL, Renato F. Inquérito sobre educação sexual. **Boletim de Eugenia**, n. 24, 1930.
- KEHL, Renato F. Da eugenia. **Boletim de Eugenia**, n. 25, 1931.
- KEHL, Renato F. Podemos ser melhores? **Boletim de Eugenia**, n. 26, 1931.
- KEHL, Renato F. A comissão central brasileira de eugenia. **Boletim de Eugenia**, n. 27, 1931.
- KEHL, Renato F. O que é eugenia? **Boletim de Eugenia**, n. 28, 1931.
- KEHL, Renato F. Serei um indivíduo normal? **Boletim de Eugenia**, n. 29, 1931.
- KEHL, Renato F. O ensino da Eugenia nas escolas secundarias. **Boletim de Eugenia**, n. 30, 1931.
- KEHL, Renato F. Só há um caminho. **Boletim de Eugenia**, n. 31, 1931.
- KEHL, Renato F. Os erros da filantropia. **Boletim de Eugenia**, n. 32, 1931.
- KEHL, Renato F. A campanha da eugenia no Brasil. **Boletim de Eugenia**, n. 33, 1931.
- KEHL, Renato F. Cruzamento de raças. **Boletim de Eugenia**, n. 34, 1931.
- KEHL, Renato F. Casamentos e natalidade nas classes média e inferior. **Boletim de Eugenia**, n. 35, 1931.
- KEHL, Renato F. Consulta pré-nupcial. **Boletim de Eugenia**, n. 36, 1931.
- KEHL, Renato F. A nova fase do boletim de eugenia. **Boletim de Eugenia**, n. 37, 1932.



KEHL, Renato F. Registro individual obrigatório e registro genealógico de família. **Boletim de Eugenia**, n. 38, 1932.

KEHL, Renato F. Núcleos de eugenismo. **Boletim de Eugenia**, n. 39, 1932.

KEHL, Renato F. População e crise. **Boletim de Eugenia**, n. 40, 1932.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de *et al.* **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. [S. l.: s. n.], 1932. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod_resource/content/1/3.Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

AZEVEDO, Fernando de. **Cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1963.

AZEVEDO, Fernando de. O segredo da marathona. *In*: SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO, 1919, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919. p. 113-136.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. [S. l.: s. n.], [1934]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920**. Reorganiza os serviços da Saude Publica. [S. l.: s. n.], [1920]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>. Acesso em: 16 fev. 2024.

D'AVILA, Jerry. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MEC/INEP/COMPED, 2002.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

ROCHA, Célia Aparecida. **A re-significação da eugenia na educação entre 1946 e 1970**: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.



SÁ, Carlos. **Higiene e educação da saúde**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1943.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 331-391.

